



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Fazenda

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Atendimento adequado da demanda. Ausência de pretensão de reforma de decisão. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 145/2017**

1. Trata-se de pedido formulado à Secretaria da Fazenda, de número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre o andamento de feito administrativo, o número de procedimentos aguardando conclusão no Posto Fiscal 10 em Campinas e os atos que regulamentam os processos de restituição de tributos.
2. O órgão prestou informações, fornecendo telefone para atendimento acerca de andamentos processuais, o número de processos em análise e as normas regulamentadoras requeridas. Em recurso hierárquico, afirmou que a consulta deveria ser feita presencialmente, comprovada a identidade do solicitante, e negando provimento aos demais pedidos. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme estipulado no artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A análise dos autos permite concluir que a solicitação foi adequadamente respondida, nos termos da legislação vigente. O interessado solicita diversas informações relativas a processos de Posto Fiscal da Secretaria. A resposta ofertada é minuciosa ao indicar telefone para atendimento, facultar o acesso por meio presencial, indicando o local onde a informação pode ser obtida, conforme permissivo do artigo 11, §1º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011, e ao fornecer dados sobre o número de procedimentos em andamento e a regulamentação de restituição de tributos.
4. As razões recursais, na verdade, acabam por traduzir insatisfação com o encaminhamento da reclamação, sem haver pleito por acesso à informação ou reforma de decisão denegatória, fugindo ao escopo do presente procedimento de acesso à informação.
5. Diante do exposto, fornecidos dados e colocados os expedientes à disposição para consulta direta pelo interessado, não há que se falar em negativa de acesso à informação, razão pela qual **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, inciso I, da Lei, ausentes as hipóteses de provimento recursal previstas no artigo e incisos do Decreto nº 58.052/2012.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência ao interessado. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 12 de julho de 2017.

Assinatura manuscrita em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**MARIA INÊS FORNAZARO**

**OUVIDORA GERAL DO ESTADO SUBSTITUTA**

4141